

Plano Estratégico da Justiça do Trabalho

2015-2020

Iniciativas planejadas visando o cumprimento das metas estabelecidas

Meta 4 - TMDP2	
Iniciativa	TRT executor
Disponibilização nos relatórios dinâmicos de BI: "Painel do Relator / Painel das Pautas / Acompanhamento das Metas" das informações mensais relativas ao desempenho global dos órgãos julgadores em variáveis de produtividade e ao atingimento parcial das metas por Unidade, bem como do número de ações que precisam ser resolvidas por mês (projeção) até novembro do ano.	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Realização periódica, podendo haver a inclusão em semanas de conciliação do CNJ e CSJT. Pode haver reuniões prévias com diretores e representantes jurídicos das reclamadas. Extensível aos trabalhadores de financeiras.	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Realização periódica, podendo haver a inclusão em semanas de conciliação do CNJ e CSJT. Pode haver reuniões prévias com diretores e representantes jurídicos das reclamadas. Extensível a telemarketing e teletendimento.	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Projeto voltado para tentativas de conciliação em processos que figuram os 15 maiores litigantes deste Regional.	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Encaminhamento mensal aos Gabinetes de relatório de processos que se encontram conclusos para decisão com prazo superior a 90 dias, anexo de Ofício Circular enviado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho ao TRT-MG, visando a um incremento na produção no período de suspensão das atividades presenciais.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Implantação nas varas do trabalho do TRT-MG de procedimento de tentativa de conciliação prévia à audiência inicial, com a criação de espaço adequado e capacitação dos magistrados e servidores. Custo envolvido: diárias e reembolso de despesas com deslocamento para treinamento de servidores.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Ação em andamento no CEJUSC com a inclusão em pauta experimental de 380 processos em 5 etapas para a extração de subsídios para a formulação do projeto, que terá como objetivos: - Adotar modelo de administração de justiça sistêmico e interorgânico para a administração de justiça consensual das demandas da empresa; - Adotar mecanismos de prevenção das demandas massivas oriundas da referida empresa; - Reduzir o estoque de execuções em que a empresa é parte; - Eliminar as altas taxas de sobretrabalho e de congestionamento nas Varas do Trabalho oriundas das demandas referentes à empresa. As metas do referido projeto serão: - Reduzir as demandas da Casas Bahia em 40% até o fim de 2019; - Incluir 400 processos mensais em pauta para conciliação; - Conciliar pelo menos 40% por cento dos processos incluídos em pauta de conciliação - 160 acordos/mês.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
- Incorporação dos órgãos envolvidos e do Comitê de Administração de Justiça Consensual de Projetos-Piloto (CAJCP) propostos no Leading Case N.1 como representantes do TRT3 junto ao referido projeto interinstitucional e ao Grupo de Pesquisa que lhe dá suporte. Isso, considerando que são representantes do TRT3 no projeto: um desembargador, o diretor do Foro, o Coordenador da URGE-BH (Singespa), o coordenador acadêmico da Escola Judicial, além de desembargador e juízes voluntários; - Adesão do Comitê de Administração de Justiça Consensual de Projetos-Piloto (CAJCP) ao Projeto de administração de justiça consensual em andamento no CEJUSC2 relativo à referida ação coletiva, para a busca de solução e interorgânica e interinstitucional para o caso, cuja delonga compromete agudamente a credibilidade da Justiça do Trabalho em relação aos milhares de interessados envolvidos. Resultados esperados: - Consolidação dos CEJUSCs como executores das políticas judiciárias estabelecidas de Administração de Justiça Consensual no âmbito das diretrizes de tratamento institucional definidas pelo CNJ e pelo CSJT. - Construção de arena específica de concertação entre as unidades/Órgãos envolvidos, bem como para construção e estabelecimento de estratégias voltadas à prevenção de litígios seriais. - Ganho de expertise na formatação de metodologias de Administração de Justiça Consensual. - Estabelecimento de estrutura capaz de dar respostas assertivas à volatilidade das transformações nas diretrizes de Administração de Justiça Consensual emanadas pelos Conselhos Superiores. - Fortalecimento do NUPMEC como unidade gestora da estratégia de Administração de Justiça Consensual do TRT3. - Ampliação do exercício da atividade jurisdicional nos termos das novas políticas de Administração de Justiça Consensual. - Prevenir a proliferação de demandas individuais repetitivas. - Alteração positiva, no médio prazo, da taxa de congestionamento das unidades judiciárias por meio da gestão estratégica de conflitos repetitivos em matéria previdenciário-trabalhista. - Alteração positiva, no longo prazo, do perfil (cultura) de litigância na 3ª Região da Justiça Trabalhista. - Melhora, no médio prazo, na medição de indicadores estatísticos da fase de execução processual e no curto prazo, na medição dos indicadores relacionados ao índice de conciliação. - Fixação de critérios de utilização da sentença trabalhista declaratória de vínculo empregatício para reconhecimento da condição de segurado do reclamante e da sentença trabalhista para harmonização das perícias realizadas pelo INSS.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Ampliação e manutenção das unidades de mediação, em atendimento à determinação da Resolução nº 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Disseminação da cultura da conciliação, notificando os maiores litigantes.	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Facilitar a identificação de grandes litigantes e gargalos na unidade judiciária aumentando a produtividade judiciária. Maior entendimento dos objetivos estratégicos e disseminação da informação por meio eletrônico periodicamente.	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Facilitar a identificação de grandes litigantes e gargalos na unidade judiciária aumentando a produtividade judiciária. Maior entendimento dos objetivos estratégicos e disseminação da informação por meio eletrônico periodicamente.	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Realizar campanha periódica, de acordo com verificações de demandas (inconsistências e recorrências de lançamentos inadequados) com a disponibilização na intranet e o encaminhamento de orientações e roteiros para as unidades judiciárias realizarem os ajustes necessários - Campanha "Você Sabia?"	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Realizar visitas periódicas às unidades judiciárias identificadas com necessidade de esclarecimento sobre os lançamentos da tramitação processual que repercutirão nos relatórios do e-gestão	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Continuar saneamento periódico dos processos	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Estimular os métodos alternativos de solução de conflitos trabalhistas	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Divulgação do acompanhamento dos resultados da Meta no Observatório do TRT6 "Acerte a Meta", bem como de informações para identificação dos processos que contribuirão para o alcance da Meta.	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Adoção de ferramenta de Business Inteligente, com base nos dados disponibilizados no e-Gestão, para subsidiar a tomada de decisão gerencial e o acompanhamento de indicadores de resultado por meio das unidades judiciárias de 1º e 2º grau	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Disponibilização de ferramenta para cadastro e pesquisa de informações sobre precedentes.	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Desenvolvimento de solução tecnológica que viabilize o uso de ferramentas de inteligência artificial para triagem de processos, identificação de jurisprudência aplicável (latu sensu: casos análogos, súmulas, OJs....) e alertas (suspensões...)	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Atender a solicitação de melhorias no sistema de distribuição do revisor conforme as sugestões da comissão de acompanhamento da distribuição e outras tarefas relacionadas.	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Construção de Painéis para acompanhamento dos indicadores das metas nacionais, com informações sintéticas e analíticas, que permitam apoio às varas na verificação de processos pendentes para cumprimento das metas	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
"Descritivo: monitorar os índices como metas nacionais, IGEST, IPC-JUS; reduzir os prazos para elaboração de Despacho/Decisão/Sentença/Acórdão/Audiências para os prazos médios do Tribunal; melhorar os registros dos andamentos processuais nos sistemas; intensificar e expandir as atividades do Projeto Consultoria Estratégica."	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Ação específica, vara a vara, de reorganização administrativa e de fluxo de processos de trabalho, com vistas à melhora de índices institucionais e relacionados às metas e indicadores dos Conselhos. Prioriza aumento geral de produtividade com redução de custos.	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Melhorar os índices institucionais	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Atuação da Assessoria de Gestão Estratégica, dos gestores de metas e do Núcleo de Apoio ao PJe junto aos Gabinetes e Turmas com: I – Envio de relatório mensal individualizado às Unidades Judiciárias com o percentual de alcance de cada meta; II – Indicação dos processos a serem priorizados; III – Apoio na solução dos processos, no caso de lançamento incorreto nos sistemas PJe e legado, com o fito de resolver inconsistências no sistema e-Gestão.	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
I – Esclarecimento sobre as vantagens de fazer a votação antecipada no PJE; II – Realizar a votação antecipada no PJE.	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Aprovada e publicada a Res. TRT 11 nº 25/2019, estabelecendo a 1ª sexta-feira de agosto como dia regional de Conciliação. Ocorrerá nas Unidades jurisdicionais de 1º e 2º graus, objetivando soluções consensuais por meio de audiência de conciliação.	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Realizar campanha para que os servidores/magistrados promovam os lançamentos de dados indicativos de solução e baixa de processos no PJe e nos sistemas legados, considerando as regras de dados estatísticos do e-Gestão.	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Aumentar a quantidade de sessões de julgamento.	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Informar aos gabinetes dos desembargadores os prazos médios e quantitativo de processos pendentes de julgamento	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Julgamento em bloco de recursos repetitivos	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Desenvolvimento de ferramenta de gestão para gerenciamento de indicadores/metadados do 2º Grau	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Mapear os processos de trabalho e estabelecer um modelo ideal a ser surgido para os gabinetes e determinado para a SJ2 e Secretaria do pleno de turmas	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Realizar sessões virtuais do Pleno e Turmas	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Curso com duração de quatro horas e abordagem de temas relacionados à gestão em diferentes aspectos: gabinete, processos e pessoas e processos de trabalho e desempenho. Público alvo: Desembargadores e servidores de Gabinetes.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Curso destinado aos servidores que migraram do 1º para o 2º grau com GAP na temática de Prática e Elaboração de Minuta de Voto.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Treinamento e capacitação das equipes para realização das sessões telepresenciais	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
A iniciativa consiste na realização de audiências de mediação e conciliação na fase pré processual para solução de conflitos coletivos mediante requerimento apresentado pelo interessado no sistema do PJE-JT, conforme disciplina contida nos Atos Regulamentares GP-VPJ nº 1/2018 e 1/2019. O objetivo consiste em estimular as próprias partes a construir soluções negociadas para resolver os conflitos coletivos, assim tornando desnecessário o ajuizamento de dissídios coletivos.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Regulamenta a realização de sessões de julgamento por videoconferência em todos os órgãos colegiados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, durante a suspensão das atividades presenciais decorrente do enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus – COVID-19, prevista na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

As sessões serão realizadas por meio de ferramentas tecnológicas de videoconferência. Os pedidos deverão ser formulados por e-mail direcionado aos endereços eletrônicos dos CEJUSCs, assinalando, no campo “assunto”, que se trata de “pedido de audiência virtual”.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Prorroga as medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) previstas nas Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020 e 004/2020, bem como dispõe sobre a suspensão de prazos processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Atendimento a empresas, advogados e sindicatos no sentido de fomentar a prática da mediação por meio telepresencial, no contexto da pandemia.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Abordagem de temas afetos à mediação e conciliação no âmbito dos CEJUSCs da Justiça do Trabalho, em lives, webnários e afins, de modo a atingir amplamente a comunidade potencialmente usuária dos métodos autocompositivos de solução de conflitos no âmbito do TRT da 15ª Região, minimizando com isso o impacto da suspensão das atividades presenciais.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Enfoque nas ações coletivas, tendo o MPT como autor ou custos legis, visando solucionar lides com abrangência de grande quantidade de trabalhadores substituídos, minorando os efeitos prejudiciais da pandemia sobre a renda e o emprego.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Painel Virtual: Desjudicialização da Prova: experiências e possibilidades	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Pense, Direito! Compartilhando conhecimento. Palestra: A Privacidade e a Publicidade do PJe.	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Gestão das Audiências Telepresenciais	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Criação e acesso em tempo real de relatórios no sistema SAOPJe – Sistema de Apoio Operacional ao PJe com o objetivo de informar aos Servidores do 2º Grau e Magistrados acerca dos processos pendentes de julgamento ou de movimentação, de modo a permitir o acompanhamento diário em documento que pode ser convertido para planilha e, por conseguinte, permitir a classificação dos processos por antiguidade	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
http://www.trt18.jus.br/portal/consultas/estatisticas/2o-grau/Recebidos/Julgados/Pendentes (Provimento CGJT nº 001/2015); Prazos; Processos solucionados; Processos Pendentes com o Relator	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Acesso e análise dos relatórios pelos servidores de 2º Grau com a finalidade de planejar ações para redução do prazo.	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Projeto que estimula a apresentação de boas práticas de gestão e rotinas judiciais e administrativas para divulgação no portal do Tribunal, no âmbito do qual há premiação das 3 primeiras colocadas em cada categoria.	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Comunicação entre diretor de secretaria de VT e advogado/jurisdicionado via WhatsApp visando melhorar a comunicação, o acesso à informação impactando diretamente no aumento da celeridade e qualidade dos serviços prestados.	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
Análise prévia da necessidade de auxílio às unidades judiciais cujos magistrados encontram-se com excessivo número de processos.	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
Auxiliar na gestão das informações para fins estatísticos	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
Expedição de ofícios convidando os Gabinetes a aderirem aos eventos, encamiando processos com efetivo potencial de conciliação ao CJUSC	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Elaborar e disponibilizar manual simplificado do e-gestão para os servidores com objetivo de minimizar os erros de lançamento e contribuir para fidedignidade dos dados estatísticos	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Gerenciar os dados e os acervos de processos sobrestados em decorrência dos institutos da repercussão geral, dos casos repetitivos e da assunção de competência e promover o envio de informações para alimentação do Banco Nacional de Dados do CNJ, extraídos a partir do correto lançamento e registro de sobrestamento feito pelas unidades judiciais no Sistema PJE.	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Convocação de magistrados do 1º Grau para atuarem no 2º grau, em 2020, conforme Resoluções Administrativas números 04/2020 e 67/2020.	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região